Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Carf anula autuação milionária motivada pela Operação Lava-Jato 2

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL
Caixa deve injetar mais R$ 138 bi no crédito imobiliário em 2025, diz presidente (Caixa Econômica Federal) 4

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Tarifa de 50% ofusca bom momento da Embraer no mundo 8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Setor-chave para o país, agro local pede regras mais previsíveis 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Tarifaço ameaça investimento externo em países emergentes 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
China avança em bens de consumo e já detém 26% da importação brasileira 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Tarifa de 5 0% para o Brasil é "muito grave" e toma comércio "inviável", afirma Ricupero 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Impasse do IOF pode elevar corte no orçamento da União 19

Carf anula autuação milionária motivada pela Operação Lava-Jato

Por Marcela Villar - De São Paulo

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) anulou um auto de infração de R$ 61 milhões, em valores atualizados, contra a Integra Offshore - consórcio formado pela OSX Construção Naval S/A, do empresário Eike Batista, e pela empreiteira Mendes Júnior Trading Engenharia S/A. As companhias foram investigadas na Operação Lava-Jato por suposto superfaturamento de contrato com a Petrobras e pagamento de propina a agentes públicos.

O consórcio foi feito para a construção de módulos das plataformas P-67 e P-70, na Bacia de Santos (SP), para a exploração de petróleo na camada do pré-sal. A investigação pela força-tarefa da Lava-Jato motivou a **Receita Federal** a autuar a Integra no ano de 2020. O Fisco exigiu o pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) referente a 2015.

Auditores fiscais alegaram que determinadas despesas com fornecedores não seriam custo inerente à operação e, assim, não poderiam ser deduzidas do IR. Argumentaram ainda que não havia causa para o pagamento do sobrepreço praticado (em tese, repassado a políticos). Por isso, seria exigido 35% de IRRF, além de multa de 150%.

Mas, para o **Carf**, faltou prova na acusação tributária. Os conselheiros entenderam que a autuação se baseou unicamente em depoimentos de delações premiadas e acusações feitas pelo Ministério Público Federal (MPF), o que não seria suficiente para a condenação fiscal. A decisão foi unânime, tomada pela 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção, em junho (processo nº 17227.720404/2020-13).

O entendimento do tribunal administrativo se baseou, principalmente, no fato de que os acordos de colaboração premiada devem ser o meio de obtenção de provas e não a prova em si. Segundo advogados, esse foi o primeiro acórdão do **Carf** que anulou um auto de infração de uma empresa investigada pela Lava-Jato com esse fundamento.

Em outros casos de empresas investigadas pela força-tarefa de Curitiba, as autuações foram mantidas quando há outras provas, além dos depoimentos no acordo de colaboração premiada. Foi assim em processo contra empresa do marqueteiro João Santana.

Neste caso, foram usados documentos apreendidos na casa da secretária do setor de "Operações Estruturadas da Odebrecht", Maria Lúcia Guimarães Tavares. A penalidade foi mantida pela Câmara Superior, a mais alta instância do tribunal (processo nº 10580.723816/201731).

O relator do caso da Integra, o conselheiro Rafael Taranto Malheiros, manteve a decisão da Delegacia de Julgamento (DRJ), primeira instância administrativa, favorável à empresa. "O Fisco autua o contribuinte baseado em supostos superfaturamento de preços (que não comprova ter se verificado) e pagamentos que teriam sido feitos com causas ilícitas (mesmo não contrastando as provas apresentadas) e, pior, qualifica a multa, face a 'graves suspeitas' (meras presunções simples) que pairavam sobre as operações escrutinadas", afirmou Malheiros, no acórdão.

No processo, a fiscalização disse existir "grave suspeita" de superfaturamento nas vendas de módulos para as plataformas. O sobrepreço foi confirmado pelo ex-diretor de construção da OSX, Ivo Dworschak Filho, ao MPF. Ele afirmou aos promotores que a Integra pagou preços superiores aos praticados no mercado para fornecedores. O "normal" girava em torno de 2,5% a 3,5% do contrato principal, mas foi pago algo entre 8% e 12%. O contrato total foi de US$ 922 milhões.

Segundo perícia feita pela Receita, houve sobrepreço de US$ 175,2 milhões em alguns módulos, quando foram exportados para montagem na China. A Integra Offshore foi intimada a esclarecer a diferença em 2016 e apresentou documentos complementares contestando a acusação, o que, para a DRJ e **Carf**, foram suficientes.

Colaboração premiada não pode ser usada como prova em si"

- Bianca Rothschild

A decisão da DRJ, mantida pelo **Carf**, diz que a partir da análise dos contratos, "jamais ocorreu aumento no valor da contratação nos percentuais mencionados pelo depoente". "Tais valores sequer foram conferidos

pela fiscalização, sendo tratados como verdade incontestável", afirmou. "A autuação se fundamenta exclusivamente em informações e juízos de valor do MPF", diz.

Para ela, a fiscalização "arbitrou um percentual aleatório, desprovido de qualquer fundamento fático ou técnico, para exigir o IRRF e glosas das despesas" - cobrou 20%, sendo que foi informado 50% pelo ex-executivo da OSX na delação. "Em verdade, essa redução do percentual do suposto superfaturamento de 50% para 20%, com base num também suposto conservadorismo, revela que a própria fiscalização não tem elementos para confirmar o superfaturamento", completou a DRJ, na decisão.

Para o tributarista Pedro Grillo, do Brigagão, Duque Estrada Advogados (BDE), a diferença nos percentuais mostra que a própria fiscalização "não tinha muita confiança no que estava alegando". Na visão dele, a acusação fiscal é frágil. "A própria DRJ, composta exclusivamente por auditores fiscais, entendeu que a autuação seria nula", afirma. "A fiscalização se lastreia somente em depoimentos de delações e relatos do MPF em ações da esfera criminal, que ainda eram processos cautelares".

Segundo a advogada da Integra neste caso, Bianca Rothschild, sócia do Martinelli Advogados e ex-conselheira do **Carf**, a empresa comprovou que não houve sobrepreço. "A documentação estava toda correta e a fiscalização não conseguiu provar o que estava sendo dito. Todas as alegações ficaram vazias". Foram entregues contratos, notas fiscais, descrição dos serviços prestados e extratos dos pagamentos. "Foi praticamente uma quebra de sigilo bancário de todas as empresas na época".

Ela destaca que a Lei nº 12.850 prevê que o acordo de colaboração premiada é "negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos", ou seja, não pode ser usado como prova em si. "A autoridade fiscal ancorou o lançamento nas conclusões do MPF assumindo como se todo o conteúdo da delação fosse prova de infração tributária", diz.

O tributarista Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, diz que foi muito comum na Lava-Jato a Receita autuar empresas com base em investigações do MPF e da Polícia Federal. "A Receita trata tudo que está na ação criminal como se fosse incontroverso", disse. Mas, neste caso, não houve prova complementar. "O diferencial aqui foi que a DRJ disse que o auto de infração não pode se sustentar somente por delação premiada", completa.

Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a decisão "analisou o auto de infração sob a perspectiva do dever da autoridade fiscal de promover a fundamentação do lançamento tributário, se posicionando no sentido de que não houve adequada motivação do ato administrativo", disse, em nota ao Valor. Não confirmou se recorrerá.

Quanto à ação penal, depois de 9 anos da investigação citada no acórdão do **Carf**, que baseou a autuação fiscal anulada, ainda não houve desfecho ou condenação (processo nº 5035133-59.2016.4.04.7000).

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Carf anula autuação milionária motivada pela Operação Lava-Jato

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188263?page=1&section=1

Caixa deve injetar mais R$ 138 bi no crédito imobiliário em 2025, diz presidente (Caixa Econômica Federal)

Adriana Fernandes

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, projeta chegar ao fim do ano com R$ 250 bilhões em contratações de crédito habitacional -sendo R$ 138 bilhões neste semestre. Um dos impulsionadores do aumento dos financiamentos será o pacote que o governo Lula deverá lançar entre agosto e setembro.

No ano passado, a Caixa liberou R$ 223,6 bilhões em recursos para moradia. Em entrevista à Folha , Vieira antecipa detalhes da futura linha para reforma de imóveis planejada pelo governo, com taxas mais baratas e prazos maiores -de até oito anos. Os recursos virão da mesma fonte do crédito imobiliário e, por isso, terão condições mais competitivas.

Segundo ele, as mudanças em estudo devem dar mais estabilidade ao SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), instrumento de financiamento imobiliário que usa recursos da poupança para viabilizar a aquisição de imóveis. "Vai ter uma previsibilidade que não tinha. Isso é bom para o mercado", diz ele. "A expectativa é gerar uma fonte para que, nos próximos cinco anos, o crédito aumente anualmente em torno de R$ 70 bilhões a R$ 80 bilhões e estabilize a taxa de juros."

Sobre a nova bet da Caixa , Vieira diz que o lançamento deve acontecer neste semestre e será acompanhado de monitoramento de comportamento social e campanha educativa. Ele diz que a Caixa prepara um superapp para facilitar a integração dos seus serviços. A estratégia, de acordo com Vieira, é investir em tecnologia para fazer do banco público a "maior fintech do Brasil".

A Caixa está discutindo com o BC e o governo mudanças para estimular o crédito imobiliário. Esse tipo de crédito está diminuindo?

Não diminuímos o crédito imobiliário. Em 2023, fizemos R$ 180 bilhões e, em 2024, R$ 223,6 bilhões. Neste ano, já estamos com R$ 112 bilhões contratados até 4 de julho. O que define a quantidade é o quarto trimestre. Temos aí um crédito novo, voltado para classe média, que é nova faixa do Minha Casa, Minha Vida para pessoas com renda entre R$ 8 mil e R$ 12 mil. É uma novidade que não tinha no ano passado. O orçamento é de R$ 15 bilhões em 2025. É muito dinheiro.

E acredito que o resultado vai ser maior do que no ano passado. Se crescermos em um patamar entre 15% e 20%, acho que vamos chegar a R$ 250 bilhões em função do comportamento do mercado. A demanda continua aquecida, porque nós tivemos um ganho de renda real no Brasil. Isso é fato.

O aumento da Selic para 15% pelo Banco Central não atrapalha?

Não, não mudamos a nossa taxa, é a mesma. Temos uma taxa de juros nossa que está precificada no sentido de absorver. Cai a margem financeira e absorvemos essa taxa de 15% da Selic.

Até que ponto esse pacote para o crédito habitacional , com flexibilização do uso dos recursos da poupança, pode aumentar esse mercado?

Está em discussão. Pelos dados preliminares, entendemos que vai estabilizar o mercado. Vai dar uma conotação mais estrutural, principalmente ao SBPE. Vai ter uma previsibilidade que não tinha. Isso é bom para o mercado. É bom para quem vai lançar. No segundo semestre, é o período de lançamento de empreendimentos pelas incorporadoras.

O que significa dar mais estabilidade ao SBPE?

A poupança tem essas oscilações [de saques]. A tendência agora é criar um modelo que seja mais estável. A expectativa é gerar uma fonte [de financiamento] para que nos próximos cincos anos aumente anualmente em torno de R$ 70 bilhões a R$ 80 bilhões o crédito e estabilize a taxa de juros. E que, em cinco anos, praticamente se dobre o crédito imobiliário feito pelo SBPE. A vantagem para a Caixa é que, com essa medida, poderemos aumentar mais a quantidade de recursos para o crédito.

O sr. teve uma reunião com o presidente Lula sobre esse tema. O que ele pediu?

Ele acha que existe espaço para nós agirmos. O Brasil priorizou muito as classes menos favorecidas com acesso ao crédito imobiliário. Ele encomendou à Caixa que nós entrássemos com modelos de crédito para a classe média. O presidente entende que a classe média também merece uma atenção dentro da política pública habitacional. A família com renda de 8 a 12 salários não estava contemplada.

Quais desafios o novo crédito para reforma traz para a Caixa, que é líder do mercado?

Já fizemos isso no passado. Não tem nada de novo a Caixa voltar a estimular a melhoria habitacional e criar condições para a gente ir para esse mercado.

Se você olhar hoje quantas pessoas chegam para fazer uma melhoria habitacional, financiada no cartão de crédito dentro da loja e pelo consignado... vamos trazer todo esse mercado, que é muito mais caro, para fazer com uma taxa de juro mais justa. Vai estimular o segmento e trazer entrantes que querem fazer de uma maneira mais racional, com um funding [fonte de recursos] mais adequado, que é o crédito imobiliário. É uma operação que está em desuso e vamos trazê-la de volta com instrumentos novos.

A linha terá prazo mais longo ?

Sim, exatamente. O Brasil é um país que tem um estoque de imóveis muito grande. Tem muita gente que, ao invés de vender o imóvel, vai querer fazer uma melhoria. Se tiver uma linha de financiamento para fazer uma melhoria, ele vai ficar no mesmo imóvel. É uma lógica que não estava no alcance da gente. O mercado pode se beneficiar dela.

Temos a possibilidade de fundings advindos de recursos do FGTS e do SBPE. O prazo médio de financiamento do sistema para um imóvel novo na Caixa é de 12 a 14 anos em média. [Para reforma] você pode chegar a 8 anos. A precificação [das taxas] é coisa rápida. A gente quer fazer isso acontecer agora no segundo semestre. A partir de agosto, setembro.

Como está a discussão do Tesouro sobre aumento de repasse de dividendos?

Se eu puder dar mais resultado para dar mais dividendos, eu vou fazer isso. A Caixa repassa 25% dos seus recursos na forma de dividendos. Tivemos no primeiro trimestre deste ano um lucro de R$ 4,9 bilhões, 71,5% maior que no mesmo período de 2024.

Quais são os resultados no caso do microcrédito?

Entramos muito firme neste ano com o microcrédito. Começou a dar uma escalada. Começamos ali em dezembro e já estamos beirando 15 mil operações. Essa operação está vocacionada para o Centro-Oeste e o Norte e mira pequenos produtores extrativistas, pescadores, pequenos produtores de mel.Vamos começar a fazer 2.000 operações por dia. O valor médio das operações é de R$ 12 mil, taxa de 0,5% e carência de um ano. A Caixa está usando recursos dos dois fundos constitucionais, o do Norte e do Centro-Oeste.

Quero fazer acima de 200 mil operações neste ano. Pelo valor médio, dá próximo de R$ 2 bilhões de operações. Queremos expandir. Fizemos um pedido de recursos ao Tesouro para fazer em outras regiões. Por enquanto, estamos na zona rural. Queremos chegar ao Sul, Sudeste.

Nesta ampliação do microcrédito a Caixa contratou uma empresa ligada ao ex-ministro e ex-presidente da Caixa Gilberto Occhi, político ligado à cúpula do PP e que tinha assento no conselho da subsidiária Caixa Cartões Pré-Pagos.

Não tem nada do ex-ministro Occhi. Ele não tem absolutamente nenhuma relação com a empresa. É uma empresa que tivemos o cuidado de fazer busca de informação com o TCU [Tribunal de Contas da União]. Fizemos uma série de acompanhamentos com a área de risco e não tem nada que desabone do ponto de vista da contratação. Não é só uma empresa, vão ser credenciadas mais empresas.

E ele saiu do conselho. Não era ilegal, porque ele não era nem da Caixa. Ele estava uma das empresas nossas, onde somos minoritários. Do ponto de vista de direito administrativo, não tinha nenhum conflito. Ele saiu por uma questão de entender de que seria tranquilo.O TCU abriu uma consulta e viu que não tinha absolutamente nada.

Na área financeira, o que a Caixa planeja para 2025?

O nosso grande desejo é avançar muito mais na tecnologia. Queremos iniciar no primeiro trimestre com o superapp da Caixa. Estamos discutindo qual é o melhor modelo. É um fato real, a Caixa é um banco que tem uma carteira enorme, nós aplicamos muito, mas nós não sabemos captar adequadamente. Nós precisamos aprimorar captação de cliente e de funding.

Nós melhoramos muito a captação de clientes. Hoje, 50% de quem abre conta na Caixa já abre a conta digital. Isso é um marco para nós. Precisamos instrumentalizar a Caixa com modelos que nos levem a um tipo de captação mais efetivo. Estamos olhando

muito para o nosso modelo de inserção do mercado pela Asset e pela captação em balcão [canais de atendimento] mesmo.

Precisamos readquirir essa capacidade. Temos hoje um conforto de captação, mas, por exemplo, se eu quiser expandir nossa aplicação mais do que eu faço hoje, preciso ter uma estrutura robusta de captação.

Por que isso aconteceu [necessidade de melhorar captação de clientes e recursos]?

Quando eu cheguei aqui, nós tínhamos um banco, mas não um propósito como banco múltiplo. Tínhamos um modelo, que estava funcionando de MEA [fusões e aquisições]. Ou seja, das nossas sociedades com outras estruturas, de seguradoras e tudo mais. Iniciamos um processo de reposicionamento da Caixa com a revisão de todo o planejamento estratégico.

Deixamos bem claro para todo mundo o que é o seu propósito, transformar a vida das pessoas. Como faz isso? Atuando nos grandes segmentos. A Caixa não atuava no atacado. Nós demos crédito em debêntures de um R$ 1 bilhão para o Magalu, ao mesmo tempo temos o [cliente] hipossuficiente economicamente e damos o microcrédito para ele. É um banco que tem como propósito essa transversalidade.

A Caixa é o banco mais atrasado?

Daqui a um ano eu vou dar uma entrevista dizendo que a Caixa é o banco tecnológico mais moderno do mercado. Mesmo com essas fintechs todas aí. Vamos investir neste ano R$ 9,5 bilhões. Pela primeira vez no ano passado, nós chegamos a quase 100% de aplicação em tecnologia.

O ex-presidente do BC Roberto Campos Neto diz que os grandes bancos passam por um momento disruptivo com o impacto das novas tecnologias. Como avalia o cenário ?

É o que nós estamos fazendo. Nós avançamos. Temos hoje uma das melhores tecnologias de abertura de contas. Nenhum banco tem isso que a Caixa tem. Até porque os bancos digitais não têm agência. Eu entro na agência da Caixa e só com a minha digital faço qualquer operação. Para abrir a conta, você entra no app da Caixa e abre a conta por ele, como nas fintechs. Nós vamos ser uma fintech. A maior fintech do Brasil.

Qual o balanço que a Caixa faz sobre o consignado privado?

A Caixa foi dos bancos o primeiro que aderiu a esse movimento. Nós temos a menor taxa hoje praticada nesse mercado, que é a taxa de 2,49%. Esse mercado passou 20 anos para formar R$ 40 bilhões de carteira. A Caixa fez R$ 1,3 bilhão até o momento. O mercado privado começou a ver isso como uma grande oportunidade também.

Crescemos no consignado do **INSS** também. Fazia quatro anos que não crescia a carteira de consignado. Nós estamos fazendo hoje o crescimento da carteira de todo o crédito consignado. Recrutamos hoje 1.100 empregados da Caixa desenvolvendo tecnologia para dentro da Caixa. Eles estão fazendo essa revolução.

A Caixa vai lançar a própria bet ainda neste ano?

A expectativa é no segundo semestre. A Caixa está nesse mundo de jogos desde 1966. Tem todo o cuidado para fazer uma coisa bem criteriosa, com órgão de controle observando.A Caixa arrecadou no ano passado quase R$ 26 bilhões em jogos e 48% disso é transferido na forma de **tributos**.

Se a gente lançar neste segundo semestre, temos uma expectativa de, pelo menos, arrecadar uns R$ 2 bilhões. No próximo ano, algo em torno de R$ 7 bilhões. Se formos buscar a nossa participação no lado das bets, acreditamos que deve passar dos R$ 35 bilhões, R$ 40 bilhões de arrecadação [total] no ano que vem.

Qual o papel de um banco público com o brasileiro gastando tanto com jogos, levando ao endividamento das famílias?

Temos o jogo consciente. Vamos investir muito na propaganda. Temos instrumentos de acompanhamento, de verificar o comportamento social das pessoas em torno disso. Tem jogos no mundo inteiro. Você tem que educar a sociedade no sentido de que ela faça o que a gente chama de jogo consciente.

Qual o impacto para as operações da Caixa com o impasse sobre o decreto de IOF ?

Eu não vou falar não. Essa bronca não é minha não. Essa bronca é dos outros. Está se discutindo a história do IOF, quando lá atrás foi maior.

O centrão ameaça desembarcar do governo. O sr. vai sair junto?

Sou um executivo nomeado pelo presidente da República. A minha nomeação passa por governança. Quem tem a força para me botar e me tirar é o presidente.

Raio X | Carlos Vieira, 64 anos

Natural de Lagoa de Dentro (PB), é presidente da Caixa desde novembro de 2023. É mestre em Finanças pela Université Paris 1 Panthéon - Sorbonne. Foi ministro interino de Cidades e Integração em períodos alternados entre 2014 e 2015. Foi diretor-presidente da Funcef (Fundação dos Economiários Federais, fundo de pensão dos funcionários da Caixa).

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/caixa-deve-injetar-mais-r-138-bi-no-credito-imobiliario-em-2025-diz-presidente.shtml

Tarifa de 50% ofusca bom momento da Embraer no mundo

A fabricante brasileira de aviões Embraer tem atravessado um bom momento na bolsa brasileira em meio à forte demanda por seus produtos em diversos mercados. A escalada nas disputas tributárias, entretanto, trouxe uma turbulência à companhia e deixou o mercado em alerta.

Em um ano, os papéis da empresa acumulam alta de mais de 80%. Desde o anúncio dos Estados Unidos de elevar para 50% o tributo sobre importações brasileiras, na quarta-feira (9), os papéis caíram 3%. Na sexta-feira, a Embraer fechou em queda de 1,35%, para R$ 74,30.

A crise com a subida nas tarifas se contrasta ao momento positivo do grupo nos últimos meses.

Recentemente, a empresa anunciou que entregou 61 aeronaves no segundo trimestre deste ano, volume 30% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e mais que o dobro das entregas dos três primeiros meses de 2025.

Entre abril e junho foram entregues pela companhia 19 aeronaves apenas no segmento comercial, quantia igual ao ano anterior, mas 171% maior que a reportada no primeiro trimestre.

A fabricante brasileira encerrou o primeiro trimestre com a maior receita desde 2016, de RS 6,4 bilhões, alta de 44% na comparação anual. O lucro foi de R$ 434 milhões, expansão de 204,1% em igual base.

Segundo estimativas compiladas pela equipe do UBS, a carteira de pedidos ("backlog") da Embraer deve bater os USS 31,1 bilhões no segundo trimestre, contra USS 26,4 bilhões no primeiro. A fabricante deve divulgar seu balanço no início de agosto.

A turbinada na carteira de pedidos chega depois de uma campanha vista como exitosa no Paris Air Show em meados de junho, um dos maiores eventos do mundo da indústria aérea.

Entre os pedidos tomados públicos nas últimas semanas estão até 55 jatos modelo E2 pela Scandinavian Airlines (SAS) - maior encomenda de jatos da SAS diretamente a um fabricante desde 1996.

Já a companhia aérea regional americana SkyWest pediu outras 60 aeronaves El75, com direitos de compra de 50 jatos adicionais.

As duas encomendas do braço comercial da brasileira já estavam no radar, mas não eram aguardadas para este ano, segundo participantes do mercado.

No lado da defesa, a Lituânia anunciou a seleção do Embraer C-390 Millennium como a aeronave de transporte militar de próxima geração do país - decisão que abre caminho para a aquisição de três C-390.

Os anúncios mostraram que, apesar dos desafios de se competir com fabricantes globais como a Airbus e Boeing, a brasileira consegue se manter atrativa na batalha por cativar os operadores.

Em meados de junho, a Embraer perdeu uma disputa contra a Airbus e seu A220 para o fornecimento de até 40 jatos à LOT Po-lish Airlines. Na ocasião, o grupo apontou questões geopolíti-cas como entraves ao negócio.

Apesar do lado positivo com as campanhas de vendas, o mercado ligou um alerta com o negócio da empresa desde que os Estados Unidos resolveram elevar para 50% a tributação de produtos importados do Brasil.

A equipe do UBS destacou que a cada 10% de tarifas, os custos da Embraer aumentam cerca de USS 70 milhões. Segundo o banco, o negócio de aeronaves executivas seria o mais afetado, com 75% das vendas para os Estados Unidos sendo taxadas.

Ao Valor, o analista do UBS Alberto Valério disse que a Embraer está em um momento muito positivo. "Quem tem ações da Embraer hoje não es-

tá pensando que essa tarifa vai ficar para sempre", disse.

O analista destacou que a atual tarifa chega a inviabilizar as vendas da Embraer aos Estados Unidos, corroendo em cerca de 37% o resultado operacional e em 67% o lucro da fabricante.

"Não vale a pena entrar com jatos nos Estados Unidos na divisão executiva. Na área comercial é diferente, já que o risco [o pagamento do imposto] é da aérea.

Imagi-

no que a Embraer e as aéreas vão conversar porque ninguém vai querer receber esse jato com 50% de imposto", disse, apostando em uma postergação nas entregas.

A Embraer disse, em nota, que avalia os possíveis impactos da tarifa adicional. O grupo já enfrentava uma tributação sobre as aeronaves, então em 10% - o tributo real, entretanto, é menor diante da compensação de componentes americanos nas aeronaves.

"A Embraer informa que está avaliando os possíveis impactos em seus negócios da possibilidade de aumento de tarifa anunciada pelo governo americano sobre os produtos brasileiros, caso o decreto se aplique à indústria de aviação no Brasil", disse a fabricante.

Segundo a empresa, tais impactos serão abordados na próxima conferência de resultados do segundo trimestre, marcada para o dia 5 de agosto.

"A empresa está trabalhando com as autoridades competentes visando a restabelecer a alíquota zero dos **impostos** de importação para o setor aeronáutico", informou na nota.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188263?page=1&section=1

Setor-chave para o país, agro local pede regras mais previsíveis

Brasil e Argentina estão entre os maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo. Apesar da proximidade geográfica e das semelhanças climáticas em algumas regiões, os dois países trilham caminhos distintos no desenvolvimento do agronegócio, tanto estrutural quanto macroeconomicamente.

No Brasil, o agro representa cerca de 23% do **PIB** em 2024, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) sobre 2024, somando RS 2,72 trilhões. Essa força se apoia em escala produtiva, diversidade climática, inovação tecnológica e acesso relativamente amplo ao crédito rural. A agricultura incorporou práticas como o plantio direto, biotecnologia e soluções digitais, tornando-se referência mundial em eficiência produtiva tropical.

Mas desafios persistem. A in-fraestrutura logística é um gargalo, especialmente em áreas como o Matopiba, e a capacidade de armazenagem, entre 190 e 200 milhões de toneladas, não cobre toda a produção de grãos. A complexidade tributária e a pressão porsustentabilidade, interna e externamente, também exigem constante adaptação do setor.

Na Argentina, o agro também é pilarda economia. Segundo Fun-dación Agropecuária para el De-sarrollode Argentina (FADA), respondeu por23,l% do **PIB** em 2023, ou USS 124,3 bilhões. Com solos naturalmente mais férteis nas regiões pampeanas, o país é protagonista nas exportações de soja

(principal exportadorde farelo), milho, trigo e carne bovina.

Esse desempenho, porém, é afetado por instabilidade macroeconômica. As exportações agrícolas sofrem com as"reten-ciones" - **tributos** que chegam a 33%nasojae 12%no milho-e com o acesso limitado a crédito, o que compromete investimentos e competitividade.

Nos últimos anos, surgiram múltiplos câmbios paralelos (blue, MEP, CCL e "dólar-soja", entre outros), com diferenças de até 100% entre si, dificultando o repa-triamento de recursos. "Sofríamos para obter autorização de compra de dólares, havia atrasos com fornecedores internacionais e necessidade de recorrera cotações paralelas", relatou um empresário ao Valor. "Levará tempo para empresários e pessoas deixarem de manter o dinheiro fora da Argentina e investirem aqui", disse Antonio Ceolin, CEO da Ceagro no Brasil e dogrupoCeolin na Argentina.

A estrutura de armazenagem também é um contraste: com capacidade entre 70 milhões e 80 milhões de toneladas para uma produção acima de 130 milhões, o país recorre amplamente aos silos bolsa-solução mais barata e amplamente difundida nas fazendas.

Em 2025, ogovernojavier Milei anunciou reduções temporárias nas alíquotas de exportação e eliminou **tributos** para produtos de economias regionais. Apesar de atenderem a parte das demandas do setor, as medidas foram vistas como paliativas. O setor ainda cobra previsibilidade, regras claras e políticas de incentivo à armazenagem e exportação. (FP)

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188263?page=1&section=1

Tarifaço ameaça investimento externo em países emergentes

ALINE BRONZATI CORRESPONDENTE EM NOVA YORK

A nova onda de protecionismo, que tomou o comércio global por causa das tarifas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaça respingar em uma fonte importante de crescimento para os países emergentes: os investimentos estrangeiros diretos.

No Brasil, taxado em 50% - a maior alíquota anunciada nas cartas enviadas por Trump desde a segunda-feira passada -, esse pode ser o principal risco caso a tensão com Washington tome proporções ainda maiores. Desde a Grande Crise Financeira Global (por volta de 2008), países ricos têm avançado na direção de políticas de protecionismo como a adoção de tarifas - embora elas não sejam exclusivas deles (leia mais na pág. B2).

O número de novas restrições impostas por economias avançadas sobre importações de emergentes cresceu à média anual de 8% entre 2009 e 2023, alerta o Banco Internacional de Compensações (BIS, na sigla em inglês), no mais recente relatório anual. O total de produtos impactados saltou de cerca de 5% para 62%.

"À medida que o protecionismo comercial continua a aumentar, menos investimento estrangeiro direto fluirá das economias avançadas para as emergentes, reduzindo o potencial de crescimento desses países e piorando as perspectivas de convergência econômica entre esses dois mundos", avisa o BIS, "o pai dos bancos centrais", com sede em Basileia, na Suíça.

Embora os EUA ocupem a posição de segundo maior parceiro comercial do Brasil, sua relevância em termos de balança comercial é pequena, de menos de 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, o que deve limitar os danos econômicos no País, segundo economistas.

Na pior das hipóteses, pode tirar até 0,4 ponto porcentual do crescimento do Brasil, prevê o Goldman Sachs.

No entanto, o BIS destaca que um maior protecionismo pode ter impacto sobre o investimento estrangeiro direto em emergentes, o que seria outra fonte de risco para o crescimento do **PIB**.

Nações que receberam uma maior parcela de Investimento Estrangeiro Direto (IED) daquelas que adotam restrições comerciais em pelo menos 50% de suas importações experimentaram um crescimento médio mais lento, observa o organismo internacional.

"Tudo na economia está relacionado, então uma grande mudança nas políticas de comércio global certamente poderia afetar muitas outras variáveis, como o investimento estrangeiro direto", diz ao Estadão/Broadcast o cochefe de títulos soberanos da América Latina da Fitch Ratings, Todd Martinez. l

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

China avança em bens de consumo e já detém 26% da importação brasileira

Marta Watanabe e Álvaro Fagundes De São Paulo

A dependência brasileira de produtos americanos fechou o primeiro semestre perto do menor patamar cm uma década, cm um mercado cada vez mais dominado pela China, até mesmo em bens de consumo, como carros, motocicletas, freezers e fogões.

O Brasil importou USS 21,7 bilhões dos EUA de janeiro a junho, 11,5% a mais que em igual período de 2024, mas o valor corresponde a 16% do total comprado pelo país, resultado que só é melhor nos últimos dez anos que os 15,5% do primeiro semestre do ano passado. Em 2022, essa fatia era de 19,3%. Com a busca por novos mercados sob a ameaça das tarifas de Donald Trump, a China vendeu US$35,7 bilhões nos primeiros seis meses deste ano, ou 26,3% do total comprado pelo Brasil, recorde histórico, cm alta de 22,2%.

A China se tornou no ano passado a maior exportadora de carros para o Brasil, mesmo com a tarifação dos veículos elétricos, mas a entrada massiva de produtos passa também pelos segmentos de eletroportáteis e eletroeletrônicos c tem ganhado importância para o gigante asiático.

Desde o início do ano passado a importação de carros elétricos e híbridos passou a ser tarifada. Para os elétricos puros, sem motor a combustão, a tarifa saiu de zero em 2023 para 10% no início de 2024 e hoje já é de 18%. Mesmo assim, os carros chineses, principais alvos do aumento de tarifas, continuam sendo os mais importados pelo Brasil.

No primeiro semestre deste ano, a importação brasileira de veículos chineses somou USS 2,05 bilhões, abaixo dos USS 2,58 bilhões de iguais meses de 2024, mas 713% mais que no mesmo período de 2023. A Argentina, tradicional fornecedora brasileira, ficou bem atrás no ranking deste ano, com USS 844 milhões vendidos.

Entre 2022 c 2025, o Brasil passou clc 17- maior mercado dos veículos chineses para o sexto lugar, representando 5,6% do total.

Essa história se repete em vários eletroportáteis e elctroeletrô-nicos presentes nas casas dos brasileiros. No ano com o segundo verão mais quente da história no país, atrás apenas de 2024, a importação de aparelhos de ar condicionado da China somou USS

498.5 milhões de janeiro a junho, com alta de 67% ante igual período de 2024, quando já houve alta de 64% sobre o ano anterior. O Brasil passou de 15-maior cliente dos itens chineses para o sétimo lugar no período de 2022 a 2025.

Os aspiradores de pó importados da China somaram USS 51 milhões no primeiro semestre, 26% a mais que em igual período de 2024.

Mesmo nos itens em que o valor importado não cresceu, a China se mantém como fornecedora preferida no primeiro semestre deste ano. Fogões, grelhas e assa-deiras elétricas somaram USS 98,2 milhões, menos que os USS 113,7 milhões do ano passado, mas sem comparação com o segundo fornecedor externo, a Alemanha, com USS 2,3 milhões. Em televisores já montados, sem incluir partes e peças, a importação origem China foi de USS 65,6 milhões. Hong Kong vem cm segundo, com USS 7,1 milhões. Telefones celulares, desta vez incluindo partes e peças, somaram USS

650.6 milhões na origem China. Vietnã fica em segundo lugar, com USS 291,5 milhões.

As estatísticas de comércio exterior do governo chinês mostram que o Brasil tem se tornado um cliente cada vez mais importante também nesses bens. O Brasil passou de 17^ em 2022 para sexto maior cliente chinês este ano nasTVs. Nos fogões,grelhas e assadeiras elétricas, de 16- a 12-Em ferros de passar roupa, saiu do 19- em 2022 para sexto em 2025, sempre de janeiro a maio.

Lia Valls, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), explica que a compra de produtos chineses tem aumentado de forma consistente a taxas bem acima do total das importações brasileiras. Em valor, explica, as importações também sobem acima da média, mas a desagregação em volume e preço mostra que a quantidade comprada da China sobe muito mais.

Em valor, a importação de origem China em 12 meses até maio aumentou 25,7% em valor, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Seccx/Mdic). Pelos dados do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) levantado pelo FGV Ibre, a quantidade importada da China subiu 37,2%.

No mesmo critério, a importação total subiu 12,2% em valor enquanto a quantidade aumentou 16,7%. O volume importado da China também tem mantido ritmo acelerado este ano, com alta de 35% de janeiro a maio contra iguais meses de 2024, ante 12,4% de aumento na quantidade de importação total.

Os preços médios das importações da China, porém, têm caído, observa Valls. O Icomex mostra que eles 8,1% de janeiro a maio. Também houve queda nos preços da importação total brasileira, mas de apenas 2,6%.

"Essa questão de aumento de volume com queda de preços é peculiar da China", diz Lia Valls. Isso não ocorreu em relação aos Estados Unidos. A importação de produtos americanos aumentou 13% cm volume, de janeiro a maio, e os preços ficaram praticamente estáveis, com alta de 0,2%, segundo o Icomex. Os EUA são o segundo maior fornecedor do Brasil.

Na importação origem China em 2025, Valls lembra que houve em fevereiro a compra de uma plataforma de petróleo, item considerado não recorrente. A série histórica do Icomex, porém, mostra que o aumento muito maior da quantidade comprada da China é tendência antiga.

De 2015 a 2024 o volume desembarcado em produtos chineses no Brasil aumentou 146,2%. Em bens dos EUA o crescimento foi de 1,12%. Da Argentina, importante parceiro comercial do Brasil, a alta foi de 21,9%. Na mesma década, os preços de importações de origem China caíram 14,4% enquanto a americana subiu 50,9%. A argentina aumentou 7,3%. Dados da série do Icomex mostram ainda que a quantidade importada da China é sete vezes do que em 2006. Nesse período os preços médios dos produtos chineses subiram 14%.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que as importações brasileiras têm se mostrado mais resilientesdo que o esperado este ano, com base na expectativa de desaceleração da economia. Parte importante disso, observa, é explicada pela China.

O alto volume de importação resultou em contribuição negativa do setor externo no **PIB** do primeiro trimestre, o que é "inusitado", destaca Livio Ribeiro, sócio da BRCG c pesquisador associado do FGV Ibre. "Mesmo com a supersa-fra de grãos, veio essa contribuição negativa, o que ficou bem fora da casinha. Foi inesperado", avalia. Os dados do IBGE mostram que no primeiro trimestre a exportação de bens e serviços como componente do **PIB** cresceu 2,9%, mas as importações cresceram mais, 5,9%, na comparação com os três meses anteriores, com ajuste sazonal

Dados da Secex mostram que a participação da China nas importações aumentou de 23,3% de janeiro a junho de 2024 para 26,3% em iguais meses deste ano. Inde-pendentementedo que resultar da política tarifária do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, avalia Castro, da AEB, a China irá continuar procurando expandir mercados. "E o mundo está se adaptando a essa nova China, que é um país que produz praticamen-te tudo, concorre com tudo e tem preço competitivo em tudo."

Para Ribeiro, a evolução das importações brasileiras de produtos chineses não depende tanto dos rumos das políticas de Trump nem de seus efeitos no mercado internacional. "O fiel da balança, na minha opinião, são os lobbies se organizarem e conseguirem levantar barreiras. Porque os nossos lobbies são mais organizados do que a média. A potencial sobra de bens chineses pode vazar para outros lugares. De forma relativa, pode entrar muito mais produto chinês no Chile ou na Colômbia do que no Brasil. Porque nesses destinos os lobbies são menos organizados." Por isso, diz Ribeiro, o Brasil não deve ser alvo de uma "inundação" de produtos chineses.

O atual cenário de discussão de tarifas, diz, colocou "certa areia na engrenagem do comércio global". "E a China passa por um momento de dificuldade de acelerar o dinamismo de seu consumo interno. Há um excesso de oferta de produtos chineses e esse excesso busca novos lugares para entrar."

Tulio Caricllo, diretor de pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-Chi-na, diz que a liderança chinesa na importação brasileira de veículos não surpreende. Ele lembra que o cronograma gradativo de elevação de tarifas na importação de carros elétricos e híbridos vai até o ano que vem. Este ano repete em parte o que houve no ano passado, com forte importação de automóveis no primeiro semestre, para se antecipar à elevação de alíquota do imposto de importação em julho, avalia.

Pelo cronograma oficial, carros puramente elétricos, sem motor a combustão, por exemplo, tiveram alíquota de importação de 18% até junho. A elevação neste mês de julho levou a tarifa para 25%. Em 2026, novamente em julho, o imposto aumentará para 35%.

Além disso, diz Cariello, outras montadoras

chinenesas estão desembarcando carros no Brasil, como GAC, Zeekr, Omoda Jaecoo e Leapmotor, após caminho aberto por BYD e GWM. "Elas entenderam que existe mercado para carro elétrico no Brasil. E a BYD criou uma imagem positiva para o automóvel chinês. Hoje o carro chinês virou quase sinônimo de carro elétrico ou eletrificado", diz.

Para Ribeiro, a importação de carros elétricos da China não é tão afetada por tarifas mais altas.

Como os carros elétricos têm valor agregado mais alto e custam mais caro, seu consumo não é tão elástico a preço, diz. "O fato de a tarifa ter aumentado, evidentemente, diminuiu a margem, mas claramente não houve repasse integral ao preço. E mesmo que tivesse ocorrido, os chineses ainda continuam competindo com automóveis alemães e suecos, que são muito mais caros."

Nos eletroportáteis c na linha branca, diz Cariello, a predominância do fornecimento chinês precisa considerar que houve muitos anos de investimento da China nos diversos setores industriais. Quando a China se abriu para investimentos externos, lembra, várias empresas americanas, europeias e japonesas se instalaram e passaram a produzir no país. "Os chineses aprenderam, passaram a fazer seu próprio produto e a concorrer com outras empresas tradicionais. Em alguns casos, como de ar condicionado, já estão bem à frente." Ele diz ainda que há concorrência entre os próprios fabricantes chineses em vários ramos industriais, o que é fator adicional para a oferta de preços menores.

Os chineses, destaca Castro, da AEB, são velozes no desenvolvimento de produtos para conquistar novos mercados e competir com outros fornecedores. Dados de algumas importações refletem isso. Pelos dados da Secex, a Itália é atualmente a principal fornecedora externa de lavadoras de louças. Em 2022, a importação des-

sas lavadoras italianas somou USS 42 milhões de janeiro a junho, valor que cresceu para USS 83 milhões em iguais meses deste ano. A China vem em terceiro, mascada vez mais perto da Itália. No mesmo período, a importação de lavadoras chinesas mais que dobrou, de USS 16,6 milhões em 2022 para USS 51,6 milhões neste ano, nos mesmos critérios.

Carilello destaca que em alguns itens a China lidera, mas vem seguida, ainda que de longe, por países do sudeste asiático, para os quais parte da indústria chinesa tem deslocado produção, na busca de custos mais baixos. Isso acontece, por exemplo, em celulares e suas peças, na qual a liderança chinesa vem seguida de Vietnã e Malásia. Em ar condicionado, a China vem acompanhada da Tailândia e de Singapura.

"Claro que devemos considerar o caso a caso, mas não há dúvida de que a China continuará na liderança de fornecimento em vários dos itens e setores", diz Cariello. "Porque os chineses não só fornecem diretamente produtos finais. Eles também são grandes produtores de insumos. Smartphones e computadores de forma geral são bons exemplos disso. São produtos em que a China está presente hoje em todos os elos da cadeia produtiva, desde minerais estratégicos, até produção de componentes e definição do design. Então, de uma forma ou de outra, a China está sempre presente."

**

"Essa questão de aumento de volume com queda de preços é peculiar da China"

Lia Valls

Site: https://valor.globo.com/impresso

Tarifa de 5 0% para o Brasil é "muito grave" e toma comércio "inviável", afirma Ricupero

Daniela Chiaretti De São Paulo

O diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda, secretá-rio-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento c embaixador do Brasil nos Estados Unidos, junto à ONU e na Itália, diz nunca ter visto em sua carreira uma carta como a que o presidente americano Do-nald Trump enviou ao presidente Lula ameaçando taxar em 50% produtos brasileiros e mesclando comércio com assuntos políticos domésticos. "É inaceitável" concorda. "E é muito grave. Uma ameaça que, se concretizada, torna o comércio quase inviável".

Ricupero defende que o Brasil siga um caminho duplo. Usar os canais diplomáticos c ver até que ponto é possível negociar, além de sondar os outros países ameaçados para saber o que estão fazendo. Ricupero enfatiza uma estratégia: mobilizar os setores de negócio americanos envolvidos no Brasil. Paralelamente, se preparar "se acontecer o pior".

Os americanos, lembra, "têm uma vantagem quase sistêmica" no comércio bilateral com o Brasil. Há 15 anos, acumulam saldos que, somados, chegam a cerca de US$ 410 bilhões. "Isso significa, obviamente, que eles nos venderam US$ 410 bilhões mais do que nos compraram. Portanto, têm mais a perder do que nós. Quando há um litígio em matéria de comércio, o país que sai perdendo é sempre o que tem excedente", lembra. Mobilizar o setor privado, no caso, é fundamental. "Trump, sempre que recua é por pressões do setor de negócios. £ sempre por causa das empresas. Ele não é sensível a argumentos diplomáticos, masé muito sensível a setores ligados à economia. Aí reside a melhor esperança de se encontrar uma solução", diz.

A seguir, trechos da entrevista que Ricupero deu ao Valor

Valor: Como o senhor avalia este momento das relações Brasil eEUA, com a taxaçào dos produtos brasileiros em 50%, a partir de agosto?

Rubens Ricupero: £ muito grave. £ uma ameaça que, se concretizada, torna o comércio quase inviável com essa taxa de 50%. No caso brasileiro, há um aspecto diferente dos demais-é o único em que ele [Donald Trump] liga as tarifas a um problema político interno. Já saíram dois artigos do Paul Krug-man [economista americano, vencedor do Nobel de 2008, colunista do "The New York Times"] em que diz que o caso da taxação do Brasil é abertamente ilegal, porque a lei americana não dá ao presidente dos EUA poderes para aplicar tarifa por razões políticas.

Valor: E quanto à ameaça em si?

Ricupero: O montante, 50%, é muito alto. Só houve uma coisa semelhante com a China, com taxas que foram subindo cada vez mais até que chegaram a 245% e depois baixaram. A presunção da maioria é que ele faz isso para negociar. Ele declarou que pode conversar com Lula, que ainda não era o momento, mas que conversaria.

Valor: Qual análise faz da carta?

Ricupero: A primeira parte, essa em que ele trata de assuntos políticos brasileiros, é totalmcnte inaceitável. Inclusive, Lula não tem nenhuma autoridade sobre o Supremo Tribunal Federal. Na parte inicial, Trump se queixa de duas coisas: diz que Jair Bolsonaro está sendo perseguido c se queixa das decisões do Supremo a respeito das plataformas -e ele é proprietário de uma delas. A parte que trata do Bolsonaro: ele foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral, e atualmente responde a um processo em curso perante o Supremo Tribunal. Não é alguma coisa sobre a qual Lula tenha qualquer tipo de ingerência.

Em relação às decisões sobre as plataformas: são decisões do Supremo Tribunal Federal, em processos movidos no Brasil e baseados em responsabilizar as empresas por conteúdos que são difíceis de alguém se opor: pornografia in-

fantil, racismo, apoio a ódio de classe, ataques às instituições.

Essa parte da carta é inaceitável e o Itamaraty fez bem em devolver a mensagem. Agora, dito isso, o resto se pode negociar.

Valor: De que forma ?

Ricupero: O prazo que está na carta, de Io de agosto, é um período em que se pode mobilizar os canais da

própria Embaixada do Brasil em Washington. £ o momento de se entrar em contato com o Departamento de Estado, com a Secretaria de Comércio Americana, com o United NationsTradc Repre-sentative, o USER, que cuida do comércio exterior, com contatos no Congresso. O que acho mais efetivo, contudo, é um aspecto que quase não foi assinalado.

Valor: Qual?

Ricupero: No intercâmbio bilateral entre Estados Unidos c Brasil, os americanos têm uma vantagem quase sistêmica. Há 15 anos, eles vêm acumulando saldos no comércio bilateral. Somando todos os saldos dá mais ou menos USS 410 bilhões em 15 anos. Isso significa, obviamente, que eles nos venderam USS 410 bilhões mais do que nos compraram. Portanto, têm mais a perder do que nós. Quando há um litígio em matéria de comércio, o país que sai perdendo é sempre o que tem excedente. E no caso do Brasil, os Estados Unidos levam vantagem. £ uma diferença que torna o ataque ao Brasil incompreensível. Toclos os outros casos são de países em que os Estados Unidos têm déficit. O maior déficit que os EUA têm é com a União Européia e com a China. Depois vem o México, o Canadá.

O Brasil não se enquadra nessa situação. Por isso é que é estranho. £ um país que não contribui para o déficit americano, ao contrário do que ele falsamente alega na carta. Ou faz de propósito, porque é mentiroso ou porque é ignorante. Então, é estranho que um país que não tem nada a ver com aquilo que ele se queixa, que é o déficit americano, a obsessão dele, seja o mais ameaçado. No caso do Brasil há esses aspectos únicos que tornam a situação difícil de compreender.

Valor Qual estratégia seguiría?

Ricupero: Devido à vantagem que eles têm conosco, um canal que o Brasil deveria procurar sensibilizar é o setor privado americano que tem interesse no Brasil, os exportadores americanos. Há muitas empresas americanas com interesses aqui. A Câmara Americana de Comércio no Brasil mostrou que existem no Brasil 3.600 empresas americanas com investimentos. Muitas são gigantes multinacionais. As exportadoras têm grande vantagem no comércio com o Brasil. O comércio deles conosco é dominado por equipamentos e material eletroeletrônico, de comunicação, produtos industriais de alta classificação, peças. Essa gente toda tende a perder. Vou lhe dar um exemplo eloquente.

Valor. Diga, por favor.

Ricupero: Do nosso lado, a empresa que mais vai perder é a Em-bracr, que tem no mercado americano o seu grande destino. Acontece que a Embraer importa muito dos Estados Unidos, mais de USS 1 bilhão, em alguns anos quase USS 2 bilhões. Muitas das peças, toda a parte eletrônica que vai para os aviões é de fabricação americana. £ claro que, se a Embraer não puder mais vender aos EUA, também não vai poder se abastecer a li.

Do nosso lado, as exportações brasileiras para os EUA, em média, estão em USS 40 bilhões ao ano. Desse total, mais ou menos USS 10 bilhões são do agro. Um quarto do total, ou seja 25%, é carne bovina, café, suco de laranja. Os demais 75%, portanto, são produtos industriais, como o da Embraer e de outras empresas. A maioria desses produtos são produzidos por empresas americanas aqui que terão, também, um grande prejuízo.

Por isso acho que, no esforço de encontrar uma saída, para evitar que isso se concretize, é muito importante sensibilizar esses setores de negócio. Trump, sempre que recua no que anuncia, invariavelmente é por causa de pressões do setor de negócios. £ sempre por causa das empresas. Ele não é muito sensível a argumentos diplomáticos ou de outra natureza, mas é muito sensível a setores ligados à economia. Então, penso que aí reside a melhor esperança de se encontrar uma solução, mostrando que essas medidas são prejudiciais também aos americanos. Talvez até mais para eles do que para nós.

Claro que no âmbito geral, como a economia deles é maior, são menos afetados. Mas na relação bilateral com o Brasil, perdem mais do que nós porque têm superávit.

Valor: Quem perde no Brasil?

Ricupero: O caso da Embraer é complicado, já está sofrendo prejuízo na Bolsa. Também a WEG, de Santa Catarina [especializada na fabricação e comercialização de motores elétricos, transformadores, geradores e tintas]. Sai muito prejudicada, mas tem uma vantagem sobre a Embraer-tem unidades de produção em vários países então pode diversificar a fonte de suas exportações para os EUA. Também a Tupy [metalúrgica multinacional que produz componentes estruturais em ferro fundido] vai ser prejudicada porque exporta para os Estados Unidos. E uma infinidade de outras.

Valor: Nos últimos dias, Trump anunciou tarifas à Uniào Européia, ao México, ao Canadá, ao Japào, à Coréia do Sul Como fica esse cenário global de incertezas?

Ricupero: Países que pensavam que já tinham resolvido o problema, como a Coréia do Sul e o Canadá, agora são ameaçados outra vez. Isso mostra que é impossível se ter esperança de resolver esse problema devido a essa personalidade imprevisível e errática. O máximo que se pode querer é adiar continuamente. O que vai ser um pesadelo. Ele não vai sair do nosso pé nem do pé dos outros.

Com ele é aquela frase que os americanos têm: "Enough is ne-ver enough". Nunca é suficiente. Está sempre querendo mais. Você concede, mas amanhã ele reabre tudo. Não obedece a nenhum tipo de regra, de norma, de bom senso. A teoria dele é a do "mad-man". Com ele, não há racionalidade, não tem bom senso, não se tem tranquilidade jamais.

Valor: A tônica dessa relação...?

Ricupero: Penso que Lula fez bem ao cancelar o pronunciamento nacional que iria fazer, porque com Trump, engajar-se em uma briga pública não leva a nada. Isso é o tipo de coisa que ele gosta. £ melhor dizer "Não, vamos negociar. Vamos botar de lado a questão política porque isso é inegociável, é uma questão de soberania, não há como contestar o Supremo Tribunal, é uma instituição brasileira." Mas o resto tem que se estar sempre disposto a negociar. Se eles se queixam, por exemplo, que o Brasil tem uma tarifa muito alta sobre o etanol, então vamos negociar uma tarifa. O Brasil já disse uma vez, está bem, vocês se queixam do etanol, nós nos queixamos do açúcar e do suco de laranja. Não se consegue vender açúcar aos

EUA a não ser numa cota, eles têm o mercado protegido, e também têm um mercado muito protecionista no caso do suco de laranja. Então vamos fazer um "toma lá dá cá", que é uma linguagem que ele entende. Concessões de um lado e concessões de outro. Penso que tem que ser por aí, porque a preocupação dele é sempre levar vantagem, ou dar a impressão que leva vantagem. £ claro que ele não está procurando igualdade.

Valor: Os EUA são poderosos, mas Trump está brigando com muita gente ao mesmo tempo.

Ricupero: Em teoria seria o caso de os países afetados fazerem algum movimento conjunto, mas eu não vejo isso como algo provável. Em todo caso, valería a pena, não de público, mas de maneira discreta, que o Brasil entrasse em contato com países que estão sendo muito atingidos como o Canadá, o México, a União Européia, a China - que aliás foi o país que já saiu de público em defesa do Brasil, condenando a ação. Não propondo alguma coisa, mas consultando como é que os demais estão vendo a situação, como é que pretendem reagir. Lula já disse que pretende recorrer â Organização Mundial do Comércio, a OMC.

Valor: O que acha disso?

Ricupero: É correto do ponto de vista legal, mas não leva a nada. Porque Trump não liga para a OMC, ele não liga para regra nenhuma. Nunca citou a OMC, que eu saiba, tem o mais soberano desprezo por isso. No fundo é uma perda de tempo. £ pouco efetivo.

Valor: Parece que Trump tira o foco de onde estava conseguindo pouco, em resolver conflitos, e retoma à guerra comercial, não é?

Ricupero: £ uma figura curiosa. Como está sempre querendo proclamar vitória, quando tenta alguma coisa e encontra uma barreira intransponível, simplesmente risca isso da agenda. Em seu primeiro mandato, falava muito da Coréia do Norte, que ia se entender com o ditador Kim Jong-un. Mas ao constatar que batia no muro, não conseguia nada, nunca mais falou no assunto. No caso da Ucrânia, a

"0 máximo que se pode quereréadiar continuamente.

Ele não vai sair do nosso pé"

mesma coisa. Tentou várias vezes o cessar-fogo. Como viu que Vladi-mir Putin não estava respondendo como esperava, simplesmente deu uma declaração que estava muito decepcionado e esqueceu o assunto. Agora, depois de ter bombardeado o Irã, conseguiu o cessar-fogo ali. Está tentando o cessar-fogo com o Hamas, com a ajuda cie outros países. Mas não está muito ativo porque acho que viu que esse campo não é muito promissor.

Valor O que se falou no Brícs despertou algum gatilho?

Ricupero: Ele não chegou a mencionar na carta. Menciona um tema muito mais difícil, que é o Bolsonaro, que sabe que é um tema in -temo, mas não menciona o Brics. Acho que o Brics pode atuar como um irritante a mais, mas não acredito que seja um fator determinante. Trump não gosta de nenhum ataque ao dólar. Mas é uma bobagem atacar porque não vai levar a nada mesmo.

Valor: O senhor iniciou a entrevista dizendo que o quadro égrave.

Ricupero: É grave. Todo mundo está contando que ele vai acabar adiando e não vai aplicar. Mas ninguém tem certeza. E se ele aplicar? Será terrível. Basta se pensar no efeito que terá sobre o emprego, as

empresas, a **inflação**. O dólar está ficando mais alto. Vai afetar a situação econômica interna.

Valor: O sr. já viu algo assim ?

Ricupero: Nunca. Com essa combinação de fatores, a mistura de um tema político com um tema comercial. Outro aspecto muito desagradável é essa ação de brasileiros conspirando com o governo americano contra o Brasil.

Valor: A atitude de Eduardo Bolsonaro?

Ricupero: Sim. Isso é terrível. São cidadãos brasileiros que, estando em uma posição de desvantagem na luta política interna, recorrem a um governo estrangeiro para punir o Brasil. Em tempo de guerra, seria considerado traição ü Pátria. Tomar o partido de um governo estrangeiro contra o teu próprio país? Qual é a definição disso? £ traidor que faz isso, não é? Não sou eu quem está dizendo, são eles que se orgulham nas mídias sociais cie serem responsáveis por isso.

Valor: Na sua opinião, o governo brasileiro deve retaliar ou não?

Ricupero: Eu acho que o Brasil não deve se antecipar e não tomar nenhuma medida antes de verificar se, de fato, essas ameaças vão se concretizar ou não. Seria prematuro se adiantar enquanto ainda há esperança de negociar algo. Agora, é preciso examinar como responder.

Valor: Como responder, na sua visão?

Ricupero: Reciprocidade, ao contrário do que muita gente pensa, não é a Lei de Talião. Não é olho por olho, dente por dente. Não se está obrigado a responder da mesma forma que o adversário atuou. Porque pode ser um tiro no pé atuar da mesma forma. L preciso pensar em que setor se pode responder de maneira mais eficiente.

Valor: Como fazer isso?

Ricupero: Os americanos têm conosco um excedente em comércio e mercadoria, mas um excedente muito maior em serviços. Todos os serviços digitais são americanos, plataformas de comunicação, streaming, filmes. O Canadá aplicou uma taxa sobre serviços digitais. Não estou dizendo que se deva fazer isso, mas o Brasil tem que examinar. Outro campo é o da propriedade intelectual, das patentes de remédios, de muitas invenções. £ preciso examinar qual o melhor arsenal para se estar preparado, com a ideia de não usar. Mas se for preciso, tem que se estar pronto para saber onde é que se pode atingir o adversário. O Brasil, nesse período, teria que seguir um caminho duplo. De um lado, procurar usar os canais diplomáticos, ver até que ponto da para começar uma negociação, e sondar os outros países para saber o que estão fazendo. Mobilizar os setores de negócio americanos envolvidos no Brasil, e, paralelamente, se preparar se acontecer o pior.

"Com Trump, não há racionalidade, bom senso, não se tem tranquilidade jamais"

O máximo que se pode aspirar é ganhar tempo.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Impasse do IOF pode elevar corte no orçamento da União

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta, Beatriz Roscoe e Tiago Ângelo De Brasília

O aprofundamento do corte de RS 30 bilhões já realizado nas despesas programadas para este ano é a tendência mais forte no radar da equipe econômica, caso não seja possível manter o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Do lado do governo, há confiança quanto ao aspecto jurídico do aumento. No entanto, a solução passa também por um entendimento com a cúpula do Congresso Nacional.

O esforço do governo é para romper o impasse que se instalou entre o governo e o Congresso até terça-feira (15), quando está marcada uma audiência de conciliação sobre o aumento do IOF no Supremo Tribunal Federal (STF). Até o fim da semana passada, as posições seguiam divergentes. O governo insiste na constitucionalida-de da elevação do tributo.

Já a avaliação majoritária de líderes partidários da Câmara é de que não há espaço para aumentos de **impostos** c que o governo errou cm não dialogar com o Congresso antes de editar o decreto. Segundo um líder ouvido pelo Valor, a leitura é de que insistir na medida "é um erro" e o sentimento majoritário do Congresso não mudou.

Outro líder disse, também em caráter reservado, que é importante que a audiência seja de fato uma conciliação e que o Congresso leve a intenção de distensionar. "Vamos trazer soluções para o governo, mas sem tocar nas três letrinhas IOF", afirmou.

Na sexta-feita (11), o Congresso pediu que o ministro Alexandre de Moraes, relator, declare como constitucional o decreto legislativo que barrou o aumento do IOF. No documento, as advocacias do Senado e da Câmara afirmam que o aumento do imposto pelo governo Lula tinha fins arrecadatórios, o que configuraria desvio de finalidade.

Segundo o Valor apurou, há alternativas na mesa a serem apresentadas pelo Congresso Nacional para o cumprimento do arcabouço que incluem a revisão de incentivos fiscais c uma alteração no cálculo da meta fiscal, com exclusão de juros e correção monetária dos precatórios. Não se consideram novas elevações de alíquotas.

Para o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), a percepção do Congresso ainda é a mesma: "IOF é imposto regulatório e o governo insiste cm aumentar a carga tributária para fechar suas contas ao invés de reduzir gastos". Segundo ele, "o Congresso já se manifestou com maioria expressiva de que não dá mais para aumentar **impostos**".

Na avaliação do deputado Mauro Benevides (PDT-CE), é possível que o Parlamento admita o aumento do IOF em algumas operações, mas será preciso conversar e chegar a um acordo. "Eu acredito que algumas medidas do IOF podem permanecer, como por exemplo no caso do cartão internacional", disse o parlamentar.

Caso prevaleça a visão do governo, será possível manter de RS 10 bilhões a R$ 12 bilhões em IOF nas novas projeções de receitas e despesas que serão divulgadas uma semana depois, no dia 22. Na versão de maio, estavam previstos R$ 20,5 bilhões cm IOF, mas a estimativa caiu após recuos do governo no tema. Do contrário, o cenário mais provável é elevar cortes nas despesas.

O impacto poderá ser minimizado, por exemplo, com o maior crescimento da economia. Na sexta-feira (11), a Fazenda divulgou a nova grade de parâmetros macroeconômicos que servirá de base para as novas projeções de receitas e despesas. O aumento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano foi ligeiramente elevado, de 2,4% para 2,5%.

Essa projeção, porém, foi feita antes do anúncio do "tarifaço" de 50% sobre produtos brasileiros feito pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Outro fator que pode contrabalançar uma eventual perda de receitas do IOF é a venda do excedente de óleo do pré-sal. A autorização para essa operação foi aprovada pelo Congresso Nacional na Medida Provisória (MP) do Fundo Social, no início de julho, e as receitas são estimadas em R$ 15 bilhões.

A inclusão desse valor nas projeções de receitas este ano está em análise porque a realização de um leilão desse porte não é algo trivial. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, indicou novembro de 2025 como data provável para a venda, mas nos bastidores há quem considere que essas receitas seriam mais

necessárias em 2026 do que neste ano.

Para 2025, a eventual ausência de R$ 10 bilhões a R$ 12 bilhões pode ser compensada de outras maneiras, disse na semana passada a ministra do Planejamento, Simonc Tebet. "A questão é o desafio para 2026", disse, quando a meta fiscal é um superávit de 0,25% do **PIB**. O governo contava com R$ 40 bilhões do aumento do IOF. E espera mais RS 10 bilhões cm 2025 e R$ 20 bilhões em 2026 com a Medida Provisória 1.303/2025, que eleva a taxação de bets e fintechs, entre outros itens, e sofre resistências no Congresso Nacional.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, também confirmou que a aposta é um aumento no contingenciamento. "Com a derrubada do decreto e a incerteza sobre uma nova aprovação de elevação de **impostos** no curto prazo, a necessidade de contingenciamcnto na próxima revisão aumentou e estimamos que o anúncio possa ser de mais RS 10 bilhões", disse.

Nos bastidores do governo, o debate em torno do IOF é visto como uma necessária delimitação de competências. A decisão do Congresso de derrubar o aumento por decreto legislativo foi encarada como um perigoso precedente, a partir do qual atos que são prerrogativa do Executivo poderíam, na prática, deixar de sê-lo.

"Governo insiste em aumentar carga tributária ao invés de reduzirgastos" Cláudio Cajado

Site: https://valor.globo.com/impresso